

**Exmo. Presidente da Comissão Parlamentar de
Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação**

Deputado Afonso Oliveira

ASSUNTO: Requerimento potestativo para audição urgente à Presidente da Comissão Executiva da TAP, Christine Ourmières-Widener

Nos últimos dias, com especial gravidade pelo dano causado aos Ministérios das Finanças e Infraestruturas em particular, bem como ao Governo como um todo, Portugal encarou com a maior surpresa toda a polémica que envolveu a saída da ex-Secretária de Estado do Tesouro Alexandra Reis da TAP, sem que essa mesma saída não se fizesse na choruda companhia de um cheque de meio milhão de euros de indemnização, sem que até ao momento se tenha cabalmente esclarecido qualquer pormenor capaz de legitimar a mesma.

Primeiro, Alexandra Reis tinha sido demitida, depois já se teria demitido, demitida alegavam alguns, eventualmente teria direito a indemnização, tendo-se demitido, alegavam outros, tal indemnização, juridicamente, já não seria prevista na lei, seguidamente tanto foi obrigada a sair da TAP por não cumprir os desígnios de uma empresa pública como logo depois teve funções na NAV Portugal que muito curiosamente no mesmo espectro empresarial se encontra, enfim, toda uma vasta panóplia de incoerências face às quais todo o país continua a aguardar os devidos esclarecimentos.

Esclarecimentos esses que também, diga-se em nome da verdade, não foram cabalmente prestados por Alexandra Reis, mas também não foram até ao momento prestados pela administração da TAP e por parte do Governo, verificando-se a demissão do Sr. Ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, numa demissão que não pode ser encarada como outra coisa que não uma fuga para o silêncio.

Silêncio este aliás, que significa por sua vez uma fuga aos mais elementares princípios, a cumprir por qualquer representante governativo, de respeito pelos portugueses, pelo bom nome e imagem do Governo e da República, bem como pelo dever de esclarecer o país e a

Assembleia da República sobre todos os meandros do trajeto que conduziu a já ex. secretária de Estado, da TAP à NAV e da NAV ao Governo, diapasão aliás pelo qual continua igualmente a alinhar Fernando Medina, Ministro das Finanças, que apenas se distingue do anterior Ministro das Infraestruturas no facto de ainda se manter em funções.

De resto, este Ministro das Finanças, Fernando Medina, igualmente ainda não esclareceu cabalmente como é que sendo Ministro das Finanças, estando ou não em funções aquando do pagamento de uma indemnização de meio milhão de euros, negociada por advogados perante um pedido originário de milhão e meio, a pagar por uma empresa pública em insolvência e intervencionada pelo erário público para poder continuar a laborar ainda que para isso tenha despedido trabalhadores e cortado o vencimento a outros, pode não saber de uma operação desta magnitude e significado.

Aqui chegados, pese embora os esforços já estabelecidos por todos os partidos políticos representados na Assembleia da República em chamar Alexandra Reis a esta casa para prestar a todos os deputados, legitimados pelo voto dos portugueses em fiscalizar a ação governativa, esclarecimentos sobre toda esta embrulhada, tendo a bancada parlamentar socialista impedido que todos eles se concretizassem, o Chega considera que é chegado o momento de requerer potestativamente audição à Exma. Presidente da Comissão Executiva da TAP, Christine Ourmières-Widener, para que finalmente consiga a Assembleia da República alcançar a verdade que tanta falta faz para dissipar a névoa que envolve toda esta novela.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer potestativamente audição urgente à Exma. Presidente da Comissão Executiva da TAP, Christine Ourmières-Widener.

Palácio de São Bento, 10 de janeiro de 2023

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Filipe Melo